

MAIS UM DIA SEM QUORUM NO CONGRESSO

Revisão fica comprometida

Mantendo a rotina de toda sexta-feira, o Congresso Revisor não conseguiu se reunir ontem por falta de quorum. Às 9 horas, o presidente em exercício da Câmara, deputado Adylson Motta (PPR-RS), recebeu a primeira informação desalentadora: havia apenas 19 parlamentares, entre deputados e senadores, na Casa. Motta abriu o prazo regulamentar de 30 minutos de espera e, ao final dele, viu-se obrigado a cancelar a sessão, porque somente 57 parlamentares haviam passado pelas portarias, dois a menos que o quorum necessário.

“É uma vergonha”, criticou o presidente do PPR, senador Espíridião Amin (SC), ao lado do líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), que pretendia fazer um discurso sobre a necessidade de mobilização parlamentar para acelerar os trabalhos da revisão. Simon vai propor mudanças nos regimentos da Câmara e do Senado para impedir que as votações continuem prejudicadas pela falta de quorum.

Ele acredita que a situação seria corrigida se fosse feito um acordo pelo qual o parlamentar permaneceria 20 dias em Brasília e dez dias no Estado, visitando as bases. O esquema em vigor determina o funcionamento normal do Congresso de segunda a sexta-feira, mas na maioria das vezes o parlamentar só comparece às votações na quarta-feira.

“É uma proposta positiva difícil de contestar”, argumentou o líder. “Não podemos continuar insistindo no absurdo de passar dois dias em Brasília, três no Estado e dois no avião”. O senador acredita que a mudança — que repetiria o procedimento adotado pelos

parlamentares norte-americanos — seria mais facilmente aceita se o acordo incluisse a redução, de quatro para uma, do número de passagens fornecidas aos parlamentares.

Tentando justificar as ausências,

Arquivo/AE



Não podemos continuar no absurdo de passar dois dias em Brasília, três no Estado e dois no avião.

(Do senador Pedro Simon)

JORNAL DA TARDE

1661 VAMOS

A constante falta de quorum tem feito surgir propostas para acabar com os “gazeteiros”. O presidente em exercício da Câmara defende o fim do voto simbólico ou voto de liderança como forma de acabar com o absenteísmo. “Muitos vêm aqui e ficam desmotivados para atuar”, disse. Segundo ele, os parlamentares se sentem inúteis porque, além de não participar das discussões principais, ainda são impedidos de votar pelas votações simbólicas. “Ao instituirmos a obrigatoriedade do voto nominal para tudo, as lideranças vão perder seu poder concentrador e haverá mais motivação para os parlamentares irem a plenário.”

Motta declarou-se frontalmente contrário à proposta de emenda constitucional apresentada pelo relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), de diminuir o quorum de deliberações de maioria absoluta para um quarto dos presentes no plenário. “Não é facilitando as coisas que vamos superar o problema. O que temos que fazer é exigir maior consciência dos parlamentares”, concluiu.